

# O Fascínio da Economia

## por João Ferreira do Amaral



**8 de Fevereiro**

**A Economia Ética:  
Bentham, Marx e Aristóteles**

**15 de Fevereiro**

**A Economia Positiva:  
Microeconomia e Macroeconomia**

**22 de Fevereiro**

**A Economia Normativa (I):  
Política Económica e Gestão**

**1 de Março**

**A Economia Normativa (II):  
O Estado, a Propriedade e o Futuro  
da Economia**

É inegável o fascínio com que hoje são encarados os fenómenos económicos, bem traduzido no largo espaço a eles reservado nos grandes meios de comunicação. Tudo parece ser Economia, a todos ela parece condicionar. E, no entanto, tal fascínio coexiste – porventura de forma surpreendente – com uma generalizada iliteracia económica. Será que a Economia se impõe ao Homem ou será possível pô-la ao seu serviço? E o que se deve entender por serviço do Homem? Tudo é “económico”? Sabemos nós explicar por que razão há economias que prosperam e outras que estagnam? Porque é que certas empresas se desenvolvem e outras vão à falência? Até que ponto sabemos prever crises eco-

nómicas? E será que elas são inevitáveis? Que fazer para combater o desemprego? Quais serão as consequências económicas da aceleração da globalização? E do envelhecimento da população?

Com estas e muitas outras questões relativas à Economia, nos confrontamos a toda a hora, mesmo que disso não tenhamos consciência. Muitos sentem-se derrotados nesse confronto.

As conferências não têm a pretensão de dar uma resposta única e definitiva a todas estas questões. A sua intenção é outra: é a de fornecer, a quem não é economista, os meios de compreensão necessários para lhe permitir formular uma opinião mais fundamentada da real importância das questões, da medida em que a ciência económica as sabe resolver e dos motivos pelos quais, para alguns problemas, ela não encontra respostas satisfatórias.

**22 de Fevereiro**

**A Economia Normativa (I):  
Política Económica e Gestão**

**Política Económica:**

ideologia, política e técnica  
Para além das suas componente ética e positiva a Economia contém também uma componente normativa, ou seja, um conjunto de indicações sobre a forma de actuar no sentido de se atingirem determinados objectivos pré-fixados. Quando se trata de objectivos definidos para a economia no seu conjunto a Economia Normativa assume a forma de Política Económica. Quando se trata de objectivos definidos para uma organização temos a Gestão. Vamos centrar-nos apenas na Política Económica.

A *Política Económica* é, portanto, um conjunto de actuações, a realizar por parte das autoridades, destinadas a atingir objectivos previamente fixados e que foram considerados importantes para o funcionamento de uma dada economia.

Deste conceito, alguns aspectos importantes devem ser realçados.

Em primeiro lugar, a Política Económica tem um carácter político inelutável. Não é uma actividade exclusivamente técnica porque a escolha dos objectivos a atingir é política. Não há critérios técnicos que possibilitem uma escolha dos objectivos. Isto não impede que a Política Económica possa e deva fundamentar-se nas análises de situação e nas previsões que a Economia positiva fornece.

Um aspecto importante da componente política da Política Económica é o das expectativas, ou seja, dos novos comportamentos que empresas e consumidores poderão eventualmente adoptar face ao anúncio de factos económicos ou de políticas que as autoridades tencionam realizar. A importância dos media e das expectativas tem levado os governos, principalmente nas três últimas décadas, a investirem recursos na chamada *gestão das expectativas*. Esta, frequentemente, não passa de uma forma de esconder os problemas para evitar perdas de popularidade.

Por outro lado, a Política Económica, sendo uma actividade prática, necessita de dispor de instrumentos para atingir os objectivos. A existência e capacidade de actuação dos instrumentos ao dispor da Política económica é um dos aspectos fundamentais desta actividade.

Finalmente, o nível das autoridades envolvidas pode ser muito diverso (nacionais, regionais, supra-nacionais, etc.). Esta questão é especialmente importante na distribuição das responsabilidades da política económica dentro da União Europeia.

Estão hoje em confronto dois paradigmas da Política Económica, tendo a oposição entre eles raízes ideológicas e, portanto, concepções diferentes da sociedade e da economia.

O *paradigma monetarista-neoliberal* considera que a política económica deve ter como preocupação central o funciona-

TERÇAS-FEIRAS 8, 15, 22 DE FEVEREIRO, 1 DE MARÇO DE 2011 · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO

mento eficiente dos mercados e que, no âmbito macroeconómico, as autoridades devem preocupar-se apenas em garantir, ao longo do tempo, o cumprimento de certas regras fixas, nomeadamente o equilíbrio orçamental e um crescimento determinado para a massa monetária (ou seja, dos meios de pagamento ao dispor da economia). Para evitar desvios a estas regras, o equilíbrio orçamental deve ser constitucionalmente obrigatório e a massa monetária deve ser controlada por um banco central independente do poder político.

O paradigma oposto, de *inspiração keynesiana*, considera que a política económica deve ser discricionária, isto é, em cada momento deve adequar os instrumentos aos objectivos pretendidos (e portanto é contrário ao estabelecimento de regras fixas), que os mercados, mesmo que sejam eficientes, podem gerar desequilíbrios graves na economia e que as autoridades que intervêm na política económica devem ter unidade de acção e responder democraticamente perante o eleitorado.

Um exemplo desta forma diferente de encarar a política económica é o da política de combate ao desemprego.

O paradigma monetarista-neoliberal considera que só existe desemprego porque o mercado de trabalho não é eficiente. Para o tornar eficiente propõe a sua desregulamentação, eliminando o salário mínimo, flexibilizando totalmente os despedimentos e os salários e interditando a negociação colectiva e a intervenção sindical. Nestas condições, tal como noutro mercado qualquer, haveria um salário de equilíbrio, ou seja um salário que equilibraria a oferta com a procura de trabalho, deixando de haver desemprego, a não ser para os desempregados que não queriam trabalhar auferindo o salário de equilíbrio (o chamado desemprego voluntário).

O paradigma de inspiração keynesiana considera que mesmo que o mercado de trabalho fosse eficiente no sentido do outro paradigma, se gerariam sempre situações de desemprego massivo e que a única forma de manter um nível reduzido de desemprego é o de fazer crescer a procura de bens e serviços de modo a manter um alto nível de encomendas às empresas.

O paradigma monetarista-neoliberal, que ganhou importância a partir dos anos

oitenta do século passado e que influenciou as actuais instituições europeias estabelecidas em 1992 pelo tratado de Maastricht, tem falhado um pouco por todo o lado. As suas mais patentes falhas são, por um lado, a actual crise e, por outro, a decadência relativa da economia europeia desde os anos noventa.

A política económica pode ainda classificar-se em *política económica conjuntural* e *política económica estrutural*. A política económica conjuntural destina-se a corrigir os desequilíbrios que se vão formando no sistema económico e tem um horizonte de curto prazo. A política estrutural destina-se a melhorar as condições de crescimento de uma economia e tem um horizonte de médio ou longo prazo.

Os principais objectivos da política conjuntural prendem-se com o combate à inflação, o combate ao desemprego e o combate ao défice externo. Os principais instrumentos são a política orçamental, a política monetária e cambial e a política de rendimentos. Um dos problemas fundamentais que hoje condicionam o futuro da integração europeia é o facto de, com a realização da moeda única, os Estados terem ficado quase completamente desprovidos de instrumentos de política para estabilizarem as suas economias. Um exemplo gritante é o da acumulação de défices em relação ao exterior por parte da economia portuguesa, sem que seja possível acionar pelas autoridades portuguesas o instrumento mais eficaz de combate ao défice externo que é a depreciação cambial. Os desequilíbrios que se têm formado em alguns Estados, principalmente no sul da Europa ameaçam neste momento o futuro não só do euro como da própria União.

Entre os objectivos da política conjuntural surgem muitas vezes situações de conflito. Por exemplo, entre combate ao desemprego e combate ao défice externo ou entre combate ao desemprego e combate à inflação. A arbitragem entre estes conflitos tem de ser política, cabendo ao economista informar o político sobre a margem de possibilidade da escolha – e principalmente daquilo que não é possível obter.

A política estrutural assenta nas *políticas estruturais de mercado*, que se

destinam a melhorar o funcionamento dos mercados ou suprir as suas falhas; na *política de sustentabilidade das finanças públicas* e, para o paradigma de inspiração keynesiana, inclui também as *políticas de incentivo ao investimento*, seja em capital físico (isto é, equipamento) seja em capital humano (a qualificação das pessoas).

Uma importante finalidade da política estrutural deve ser a de garantir que se mantém ao longo do tempo uma relação equilibrada entre a produção de bens transaccionáveis (isto é, susceptíveis de troca com o exterior) e bens não transaccionáveis. A crise estrutural da economia portuguesa tem, na base, um desequilíbrio nesta relação a favor dos bens não transaccionáveis. Desequilíbrio que se vem acentuando desde princípios da década de noventa.

Os principais instrumentos das políticas estruturais de mercado são as leis de defesa da concorrência, a agilização da burocracia, as reformas da acção da justiça no que respeita aos conflitos no domínio económico, as quotas ou, alternativamente as taxas penalizadoras da poluição e a regulação dos serviços de interesse geral, garantindo a sua disponibilidade e qualidade na prestação de serviço.

A política de sustentabilidade das finanças públicas deve assentar fundamentalmente no desenho de esquemas sustentáveis de financiamento da saúde e da segurança social.

No que respeita ao incentivo ao investimento, os principais instrumentos são o investimento público, os incentivos fiscais e financeiros ao investimento privado, a orientação do crédito e as políticas de estímulo à poupança interna, a qual é essencial para financiar o investimento sem o recurso ao endividamento externo.

João Ferreira do Amaral

João Ferreira do Amaral é Doutor em Economia, Professor catedrático aposentado do ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Autor dos livros *Curso Avançado de Análise Económica Multi-sectorial*, *Política Económica* e *Economia da Informação e do Conhecimento*.